

II

Perspectivas políticas do serviço social na crise contemporânea do capital

Lana Carrijo

Naufrágio camuflado, posto na conta de “crises” temporárias a fim de que passe despercebida uma nova forma de civilização que já desponta, onde só uma pequena porcentagem da população terrestre encontrará funções.

Viviane Forrester

Introdução

O termo *crise* é recorrente nas últimas décadas, esta pode ser relacionada ao âmbito econômico, político, social ou ambiental. De uma maneira geral, todos têm a sensação de que as coisas não vão bem, mesmo sem dominar nenhum conhecimento teórico específico da sociologia crítica. A crise serve como justificativa por parte do Estado, para reduzir as políticas sociais, para explicar o desemprego crescente e até mesmo como mecanismo de conformação ideológica entre as camadas mais precarizadas de trabalhadores quanto à razão da sua própria condição de vulnerabilidade.

Dentre as questões políticas e sociais, talvez a mais difícil seja discernir, em meio a diversos discursos sobre a natureza e finalidades dessa crise, o que se refere à camada mais superficial da estratégia política neoliberal (como as privatizações, reformas trabalhistas e previdenciárias, com graves prejuízos à força de trabalho), e o que se passa num contexto mais amplo e profundo da economia política. Onde o Estado precisa administrar, ao mesmo tempo em que faz parte, as consequências de uma crise que se tornou permanente porque elimina mais postos de trabalho do que consegue criar atualmente.

A realidade que se coloca para os assistentes sociais é de agravamento da questão social e precariedade nas políticas de seguridade social, que refletem fatores novos em relação ao período que se passou a renovação do Serviço Social brasileiro na década de 1970, mesma época em que começamos a vivenciar uma longa recessão econômica. A questão social ao longo desse meio século tem sido produzida, principalmente, pelo crescimento constante do trabalho morto em relação ao trabalho vivo, devido ao padrão de produtividade e de racionalização técnica alcançada pelo capitalismo em seu estágio desenvolvido, como já apontava Marx. Não se trata mais de uma questão social que serve fundamentalmente para alavancar a modernização do capital, mas um agravamento da miséria que corresponde ao colapso dessa mesma modernização (KURZ, 1992).

Sendo assim, queremos problematizar o papel do Estado diante da crise contemporânea do capital e os limites da política para conter a dinâmica de desintegração social provocada pela lógica da centralidade do trabalho. Que por um lado, depende da força de trabalho para valorizar o valor, e, ao mesmo tempo, precisa reduzir o trabalho vivo ao mínimo possível para realizar a valorização do valor em escala ampliada e assim continuar se

reproduzindo. Essa autocontradição da produção capitalista foi levada ao extremo pelo desenvolvimento da tecnologia e impõe um cenário imensamente adverso para uma categoria profissional que inscreve sua prática na busca pela efetivação de direitos sociais.

1. Neoliberalismo e crise do capital

Sabemos que o Estado opera a manutenção da ordem através da violência direta e da produção do medo, mas, também, precisa do consenso em torno das instituições regulatórias e de suas funções. Um desses mecanismos de controle passa pela noção de que as crises são temporárias, e fazem parte do pólo da economia, cabendo ao Estado administrar e conduzir de acordo com a política que vence na correlação de forças da ordem democrática.

O mercado, em outro pólo, exerce a coação muda do capital (MARX, 1988), forçando que os indivíduos se tornem autômatos da produção de valor, servindo simultaneamente como mercadoria e como consumidores. A relação complementar entre esses dois pólos historicamente determinou a natureza da sociedade capitalista, transformar incessantemente dinheiro em mais dinheiro. Essa dinâmica foi fundamental para o processo de acumulação primitiva e produção de riqueza abstrata. O Estado moderno garantia as condições estruturais para a construção de uma sociedade do trabalho que nascia com a modernidade. Nesse sentido, “o mercado e o Estado, o dinheiro e o poder, a economia e a política, o capitalismo e o socialismo não são, na verdade, alternativas, mas constituem os dois pólos de um mesmo "campo" histórico da modernidade. O mesmo vale para o capital e o trabalho” (KURZ, 1995, p.191).

Mas de que forma esse processo histórico se relaciona com o contexto atual de capitalismo globalizado e em crise?

Diferente da transição entre os séculos XIX e XX, na qual o movimento de expansão do capitalismo produzia cada vez maiores contingentes de trabalhadores assalariados e a questão social emergia das lutas que eram travadas contra as condições miseráveis de exploração da classe trabalhadora. A perspectiva atual das lutas sociais, diante do retrocesso dessas condições, muda significativamente se o capital esbarra em seus próprios limites de valorização. Como assinala Trenkle (2020) ao destacar a relação do trabalho precarizado com a massa de valor global,

Se na Europa, por exemplo, uma confecção altamente automatizada produz milhares de peças por hora, uma costureira numa favela chega talvez a três ou quatro peças por dia, o que está muito acima do padrão de tempo de trabalho socialmente necessário estabelecido pela fábrica high-tech. Isso significa que seu trabalho representa uma quantidade quase desprezível de valor em relação ao padrão de produtividade vigente. [...] portanto, não podem servir (os trabalhos precarizados) de base para um novo impulso autônomo da acumulação de capital – mesmo que, naturalmente, aumentem os lucros das empresas individuais e das cadeias comerciais envolvidas[...]. (p.44)

Essa redução da massa de valor global, provocada pelo constante incremento da mais valia relativa nos processos de trabalho, impacta também as funções do Estado, porque reduz, conseqüentemente, a arrecadação do fundo público. A sua relativa autonomia frente ao capital se torna cada vez menor, porque o Estado depende do movimento da economia. Os rebatimentos desse processo se dão em todos os âmbitos, visto que “as funções estatais

de *acumulação, legitimação e repressão* constituem uma unidade que concretiza em cada momento histórico a tentativa geral de estabelecer e universalizar a forma-mercadoria, que concretiza o vínculo orgânico entre Estado e valor.” (BLANK, 2014, p.4).

Uma vez que o neoliberalismo coincide com o período em que se passa a afirmar a noção de crise estrutural, alguns aspectos evidenciam que a política de privatização e desregulamentação não foi capaz de resolver os problemas da crise, apesar do papel protagonista do Estado na suposta liberdade do mercado. Do mesmo modo, se torna inviável um regresso à política keynesiana e prestação de serviços públicos com cobertura ampla para a população. Nos últimos anos, as crises são sucessivas e sem nenhum horizonte de crescimento da economia. Como se manifesta na crise do dólar (perda do lastro do ouro), o deslocamento progressivo do centro da economia para o mercado financeiro e a crise de 2008 que resultou em um efeito cascata em diversos países, devido ao grau de internacionalização do capital. Portanto,

O neoliberalismo foi apenas a tentativa de gerir com meios repressivos a crise social daí decorrente, por um lado, e de produzir um crescimento "sem substância" do "capital fictício" mediante o inchaço desenfreado do crédito, do endividamento e das bolhas financeiras nos mercados de ações e de imóveis, por outro lado (KURZ, 2008).

O deslocamento da economia do setor produtivo para o mercado financeiro ocorre de maneira acelerada desde o final do século XX¹, intensificando um processo de especulação imobiliária e a formação de bolhas de crédito, no qual o capital só consegue prolongar a sua dinâmica aprofundando cada vez mais o abismo entre a acumulação de capital e o trabalho produtivo. O capital fictício funciona como mecanismo de simulação do processo de rotação capitalista e se torna assim o principal motor da economia, porém não sem consequências. Como afirmam Lohoff e Trenkle (2018) “Isso inverteu a lógica clássica capitalista. Neste sentido, podemos falar dos últimos trinta a quarenta anos como uma época de “capitalismo invertido””, porque se baseia na *antecipação* da produção de valor.

Outro aspecto que significa uma drástica redução na magnitude do valor produzido de modo global e potencializa a crise é o crescimento do trabalho improdutivo. Nem todo trabalho produz valor, a maior parte deles atualmente participa da atividade econômica apenas na esfera da circulação. Vale reforçar que o conceito de improdutivo não está relacionado ao caráter imediato do trabalho, mas ao que ele contribui para a valorização do capital onde está inserido. Portanto, é produtivo aquele trabalho que ao ser consumido produz a expansão da produção de mercadorias e improdutivo aquele que não aumenta a massa de valor global. Esse fator é variável, e a racionalização da produção e circulação, torna cada vez mais o campo do trabalho um emaranhado de relações complexas, pois em um mesmo produto existem diversos processos e trabalhos produtivos e improdutivos (KURZ, 2019).

Ainda que historicamente as economias periféricas transfiram valor para as economias centrais através do chamado “intercâmbio desigual de mercadorias” devido às suas capacidades produtivas distintas, observamos um processo de precarização do trabalho

¹ Segundo Lohoff (2014), “o volume total destas mercadorias do mercado de capitais, ainda praticamente desconhecidas na década de 1970, cresceu entre 1998 e 2008 de 72 para 673 trilhões de dólares – contabilizando sozinho, portanto, doze vezes o PIB global”.

e corrosão do poder de compra, mesmo nas economias mais avançadas em termos de proteção do trabalho². O qual está mais próximo, no momento atual, de um movimento compensatório da redução de lucros, do que de um mecanismo para a expansão do capital, como no apogeu imperialista.

Em consequência, cresce constantemente a importância do crédito nas finanças estatais, devido à necessidade de sustentar a infraestrutura e atividades improdutivas alavancadas pela sociedade industrial. Desde então os níveis de endividamento do Estado cresceram absurdamente. No entanto, para além de uma questão de vontade política, a reprodução do mercado (e com isso, entende-se a sociedade atual como um todo, já que praticamente todas as formas de relação pessoal e vida comunitária com acesso a bens e serviços que não passem pelo dinheiro, foram extintas no capitalismo) não seria possível sem que o Estado servisse como pagador infalível. Mas de onde vem os recursos que dão essa garantia?

Nesse aspecto, o papel que o sistema de crédito cumpre no capitalismo desenvolvido se diferencia do que ocorria no século XX, no sentido de abrangência e de importância para a manutenção da reprodução capitalista. Como assinala Kurz (1995), com o capitalismo desenvolvido, “O Estado não mais se financia, portanto, só com os impostos, que ele cobra graças à sua pretensão de soberania e graças ao seu monopólio da força, mas toma dinheiro emprestado dos seus cidadãos, como um participante comum do mercado financeiro” (p.199). O que se torna ao mesmo tempo central e problemático para a acumulação de capital, porque um novo ciclo de valorização com incentivo do capital fictício consegue apenas adiar o limite da produção de valor, mas não consegue expandir a economia real.

Esse mecanismo de lançar mão do crédito, assim como de imprimir dinheiro, à longo prazo se torna potencializador de crises porque, assim como qualquer outro agente do mercado, se esse dinheiro não for reinvestido de forma produtiva para que possa quitar ou atualizar o empréstimo, então a desvalorização é inevitável. Dessa maneira, “ocorre que o crédito do Estado é gasto, na sua maior parte, não para fins de utilização produtiva, mas justamente para as múltiplas atividades de consumo do Estado, que não são um luxo³, mas uma necessidade sistêmica (sem que sejam produtivas no sentido da valorização)” (KURZ, 1995, p.200). Estas atividades se referem às mencionadas anteriormente como improdutivas do ponto de vista do valor, mas concretamente indispensáveis para o atual padrão de vida urbana.

Com isso, não recaímos no economicismo da análise, como na ideologia neoliberal que ataca os “gastos excessivos do Estado” para defender a liberdade do mercado. Mas queremos dizer que desde o fim do século XX, “os custos sistêmicos da economia de mercado estão começando a superar, em termos absolutos e irreversíveis, os seus rendimentos” (KURZ, 1995, p.202). E que a partir da política não é possível impulsionar o mercado, porque esta possui um papel secundário diante da economia. O neoliberalismo,

²Como expressão desse processo de regressão, segundo reportagem do Jornal britânico “*The Guardian*”: “Alguns dos varejistas mais conhecidos do Reino Unido, incluindo WH Smith, Marks & Spencer, Argos e LloydsPharmacy, estão no topo de uma lista de mais de 200 empresas multadas coletivamente em £ 7 milhões por não pagar o salário mínimo legal.”. Ver <https://www.theguardian.com/society/2023/jun/21/uks-best-known-retailers-top-list-of-firms-fined-7m-over-pay-breaches>.

³“O nível civilizatório da infraestrutura, da formação profissionalizante e da ciência, da saúde pública, dos meios de transporte público, da eliminação do lixo e dos resíduos, etc., não é um luxo, mas uma necessidade para manter em funcionamento a própria acumulação do capital.” (KURZ, 1995, p.203)

portanto, é uma tentativa de prolongar a reprodução da sociedade de mercado apesar dos limites expostos pela crise estrutural. Porém, como assinala Lofoff(1999)

É claro que o triunfo da ideologia neoliberal não foi capaz de eliminar uma pressão sistêmica como a tendência histórica de aumento dos gastos do Estado. Onde a participação estatal sofreu um declínio temporário, foi sempre devido apenas à venda da prataria estatal (empresas estatais produtivas) ou a redução foi à custa da posição competitiva do país em longo prazo (abandono da infraestrutura).

Nesse sentido, desde a década de 1980 a produção capitalista vem perdendo a capacidade de gerar crescimento econômico aliado à integração social pelo trabalho e pelo consumo. O deslocamento da economia do mercado de bens para o mercado financeiro e o crescimento exorbitante de capital fictício é uma manifestação da crise estrutural e não a sua causa. É uma tentativa de resolver a crise através da antecipação de valor futuro, mas só adia o problema e modifica estruturalmente o lugar da exploração do trabalho na sociedade.

Apesar da inovação da microeletrônica, a partir de 1990 houve um retorno ao recurso da mais valia absoluta, com um perceptível prolongamento das jornadas de trabalho, mesmo nos países centrais do capitalismo. O elevado nível de produtividade imposto pela concorrência mundial pressiona a compensação do lucro via exploração e precarização das condições de trabalho, especialmente nas periferias, mas não somente nesses territórios.

Trata-se do início do processo de declínio do capitalismo, onde as condições do mercado globalizado se confrontam com projetos de desenvolvimento nacional, no estilo neokeynesiano, com protagonismo do Estado na política econômica e nos investimentos sociais. Entretanto, ainda existe parte da esquerda que defende a nacionalização do mercado a partir da crença na democracia e o Estado social como horizontes emancipatórios, nos quais seria possível construir uma economia, com dinheiro e trabalho, livre do comando do capital. Dessa forma, as bases da produção de valor continuariam funcionando, desde que administradas por um Estado Nacional que não seja capitalista. Por esse prisma, a condição estrutural da relação entre o Estado e o mercado permanece intocada, na qual

A existência de um setor estatal que cresce constantemente é ao mesmo tempo algo indispensável e um obstáculo para o processo de acumulação. De um lado, a valorização só pode funcionar, do ponto de vista das empresas individuais, se contar com inúmeras condições sociais e de infraestrutura, que são providas pelo Estado. [...] De outro lado, nenhum desses empregos nos setores públicos gera lucro, mas, ao contrário, eles precisam ser sustentados direta ou indiretamente, por meio de impostos e taxas, pelo setor que produz valor. (LOHOFF, 1999).

Contudo, esse breve debate sobre a percepção das particularidades do capitalismo contemporâneo, pretende adensar a análise crítica dos assistentes sociais que atuam cotidianamente no âmbito do Estado e dos serviços públicos, e provocar a reflexão sobre as bases teórico-políticas em que a profissão está assentada. Ampliar a interlocução entre as diversas vertentes da tradição marxista pode ampliar a compreensão sobre os desafios que se colocam pela conjuntura de crise, com a retração de direitos sociais e onda de neoconservadorismo.

2. A crítica do trabalho na formação profissional

O trabalho, um dos pilares que sustentam a sociedade capitalista e suscita cotidianamente a intervenção dos assistentes sociais na busca pela viabilização de direitos, é também uma categoria fundamental da teoria do valor de Marx. Base teórica que o Serviço Social utiliza como aporte para a interpretação do real de forma crítica e para direcionar a sua prática profissional em defesa daqueles que são obrigados a vender a sua força de trabalho para ter acesso a riqueza social. A partir da incorporação da tradição marxista aos fundamentos da formação profissional, foi possível realizar uma virada na orientação política do Serviço Social, uma vez que a questão social foi compreendida como a camada mais superficial de problemas estruturais impostos pela lógica da mercadoria.

Seguindo essa relação entre essência/aparência, o trabalho aparece de imediato como simples atividade humana, mas sua natureza está arraigada num tipo de relação social que esconde uma fantasmagoria inaugurada pelo capitalismo (MARX, 1988). Diferente das atividades produtivas nas sociedades pré-capitalistas, que tomavam como referência outras noções de riqueza (metais preciosos, religiosidade, relações de obrigação pessoal entre os estratos sociais), a racionalidade moderna se baseia numa noção de riqueza abstrata (dinheiro como equivalente geral e como mercadoria em si), com o pressuposto de que o dispêndio de energia humana é a medida dessa riqueza. Sendo assim, em termos históricos, o dinheiro, assim como a atividade humana, adquirem outro papel a partir da constituição capitalista e a imposição do trabalho como substância do valor. Uma generalidade e autonomização em relação à reprodução da vida, que não havia antes (KURZ, 2014).

Para desvendar a fantasmagoria que se passa na produção, Marx procurou explicar historicamente o modo de ser e de se constituir do capital, analisando as categorias de determinada formação social, que tem como centro o fetichismo da mercadoria e a valorização do valor. Desse modo, o trabalho é a categoria fundante da sociedade capitalista e o início de relações sociais dominadas pela produção de valor, um movimento contraditório que tem como imperativo sua constante expansão, que como vimos anteriormente, enfrenta sérios problemas estruturais.

Desse modo, afirmar o *ponto de vista do trabalho* (POSTONE, 1993) só funciona para interpretar e compreender a realidade social dentro do quadro da produção de mercadorias, mas nele a distinção entre riqueza material e riqueza abstrata permanece indeterminada, assim como o fundamento capitalista. O que, por sua vez, atravessa também as noções de emancipação política dos sujeitos, mais focada em distribuir a riqueza abstrata ao invés de questionar o seu próprio conteúdo.

Como defende Kurz (2004), “O que Marx designa paradoxalmente como “trabalho concreto” não constitui por isso uma “necessidade natural eterna”; pelo contrário, não é outra coisa senão o modo material específico de o “trabalho abstrato” se apropriar da “matéria” natural ou social”. O valor de uso representa a dimensão material da lógica abstrata do processo de produção no capitalismo, por isso a questão não está apenas no valor de troca, mas na categoria valor como um todo. Valor de uso e valor de troca são duas faces do valor, por isso, mesmo o trabalho concreto também pertence à lógica da valorização do capital.

Nesse viés, não se trata de modificar a forma do trabalho para que assim o seu conteúdo passe a ser diferente (de explorado para livre e criativo), mas de romper com o

pressuposto metafísico de que energia humana gera valor. Para que a atividade de cada indivíduo possa ser primordialmente dedicada à *livre* produção material e reprodução social, esses dois momentos da vida não podem estar dissociados um do outro, assim como as noções de riqueza da sociedade não podem ser as mesmas da ordem capitalista.

Logo, no plano mais abstrato, queremos chamar atenção para a dominação impessoal do valor, um processo que se passa por trás das costas dos sujeitos (MARX, 1988), que se tornou um terreno comum compartilhado por todas as classes, após séculos de violência e adestramento moral dos indivíduos à imposição do trabalho. Consequentemente, foi incorporado como elo da condição humana e social.

No plano mais imediato, a luta por emprego remete à garantia das condições básicas de sobrevivência, o que é vital. Mas o espaço da crítica ao capitalismo e sua crise estrutural foi reduzido apenas ao ponto de vista das relações de exploração, sem questionar a capacidade concreta desse sistema empregar a grande massa de pessoas disponível ao trabalho e sem tocar a contradição fundamental de transformar constantemente a atividade humana em valor. Além do aspecto predatório dessa lógica, a longo prazo apresenta-se em sentido oposto ao que entendemos como “civilização” e “progresso” porque, tanto a extensão do tempo de produção, quanto a compressão do tempo de produção, possuem um *limite*, no qual esbarra o capitalismo contemporâneo.

Para o Serviço Social, a crítica ontológica, principalmente sob influência da obra de Lukács⁴, foi a base teórica que fundamentou a revisão do currículo acadêmico e a renovação da prática profissional durante as décadas de 1970/80. Desempenhou papel de destaque na aproximação do Serviço Social com a tradição marxista e no movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo e as perspectivas modernizadoras. Contudo, o amadurecimento crítico do Serviço Social brasileiro foi alcançado a partir das produções teóricas de 1980, como reflexo do Movimento de Reconceituação na América Latina e também do contexto de redemocratização do Estado. Essa renovação dos fundamentos do Serviço Social e a reafirmação de sua perspectiva crítica ganharam materialidade com a formulação do Código de ética e Lei de Regulamentação de 1993 e nas Diretrizes Curriculares de 1996.

Com isso o significado da profissão também sofreu mudanças, sendo fundamentais os momentos de ruptura na cultura profissional para explicar a história do Serviço Social e não os elementos de continuidade (GUERRA, 2004). Com o desenvolvimento e destaque do movimento de ruptura com a gênese conservadora do Serviço Social, os assistentes sociais passaram a desempenhar um novo papel na reprodução das relações sociais, reafirmando seu compromisso com os interesses da classe trabalhadora, e atingindo o estatuto de profissão. Foram as particularidades da sociedade burguesa naquele contexto que determinaram o significado social da profissão nas décadas 1980/70, um tempo em que a questão social começava a ser reconhecida como objeto de intervenção do Estado por meio de políticas públicas, e o assistente social desempenhava seu protagonismo ao fazer as mediações com a totalidade concreta do capital.

A questão social era enfrentada de determinada maneira durante o Estado fordista-keynesiano, no qual o Serviço Social buscava seu reconhecimento como profissão

⁴ A partir da sua elaboração sobre as características que determinam o agir humano e a prioridade do trabalho na construção da sociabilidade essencialmente humana. Ver mais em: LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social I.

especializada no trabalho coletivo e era requisitado para atuar nos serviços e políticas sociais. Esse padrão de acumulação ainda não estava esgotado e ainda era possível vislumbrar algum tipo de crescimento econômico e integração social pelo trabalho das camadas populares às democracias capitalistas.

Entretanto, com o acirramento da crise estrutural do capitalismo, o Estado recrudescer seu aparato repressivo em relação à questão social. No momento em que a construção da cidadania, através do trabalho assalariado, pela via da democracia de mercado, falha profundamente. Ganha força a repressão, não só do Estado em relação aos movimentos sociais, como a violência entre os diversos grupos organizados do mercado ilícito, e também dos próprios indivíduos atomizados pela multiplicação da pobreza. É nessa trama de desintegração que o Serviço Social se insere, às vezes como profissional, muitas vezes como usuário dos serviços.

Nessa perspectiva, “uma concepção de trabalho profissional que aponte para a emancipação política – tão necessária em tempos de retrocessos –, mas, sobretudo, para a emancipação humana” (FARAGE, 2021, p.55), precisa questionar a produção de riqueza através das características históricas da crise e os limites das formas sociais do capitalismo, como o Estado e a economia. Porque o campo de atuação dos assistentes sociais também sofre impactos diretos, tanto no cotidiano da práxis, como na formação profissional.

3. O projeto político do Serviço Social diante da crise do trabalho

O processo de construção e transformações ocorridas na formação profissional do Serviço Social acompanha e se relaciona de modo dinâmico com os particulares e distintos contextos históricos. Sendo assim, uma tentativa de repensar a base teórico-política da profissão precisa estar atrelada a uma análise historicamente determinada da realidade, caso contrário corre o risco de se descolar das expressões concretas da questão social e com isso reduzir, cada vez mais, as possibilidades de uma prática interventiva pertinente.

Nesse sentido,

[...] compreendemos que os impactos de uma ação profissional crítica e comprometida com o processo de emancipação humana, nos termos de Marx ([1844] 2009), deve ter lastro já na formação profissional, espaço considerado por nós como prioritário para nos desafiar a constituição de um perfil profissional crítico e comprometido com os desafios postos pelo Projeto Ético-Político-Profissional (PEP) (FARAGE, 2021, p.55).

A situação atual de resistência contra a destruição das reformas sociais mais básicas não torna secundário o debate sobre a insuficiência desses instrumentos para a supressão do capital. Segundo Guerra (1997), um dos determinantes que exigem a análise crítica da racionalidade burguesa e sua influência na formação profissional se refere “às condições histórico-materiais e ideoculturais concretas nas/pelas quais a intervenção do assistente social se realiza”. (p.17).

É dado como essencial que a formação profissional empenhe esforços teórico-práticos para permanecer conectada com a dinâmica da realidade macrossocial e não reduza a interpretação da questão social à sua imediatividade. Para tanto, é importante perceber que a questão social no capitalismo em crise, tem seus fundamentos na contradição do trabalho.

Uma leitura consistente da crise implica no modo de enxergar os sujeitos que são atingidos da maneira mais bárbara, implica também compreender o lugar que ocupam na sociedade atual, um “não-lugar” na sociedade do trabalho, que ao invés de servir para a manutenção da ordem do capital, expressam a desintegração dessa sociabilidade que se impôs como forma universal de produção material e cultural.

Estes são questionamentos que remetem aos objetivos do projeto societário, a partir do qual a profissão norteia sua prática. O Serviço Social afirma através dele a sua perspectiva de transformação social, o que exige uma dimensão política da formação profissional.

Uma vez que “o Estado não é um agente ou um espaço neutro que estabelece uma relação de externalidade em relação ao capital” (BLANK, 2014, p.4), sabemos que na correlação de forças entre as diversas lutas sociais que se dão na sociedade civil, predomina o caráter burguês do Estado. Mas como apontado anteriormente, as contradições estatais também estão relacionadas ao seu papel imanente da forma mercadoria. Diante do neoliberalismo, as funções repressivas do Estado se exacerbam, na medida em que sua ação como regulador social, que garante as condições do desenvolvimento capitalista, se torna cada vez mais comprimida pela crise.

Em relação à política nacional, com uma democracia historicamente frágil e limitada, se acentua na realidade brasileira atualmente uma violência difusa, expressa no crescimento das milícias, da militarização do espaço urbano e na criminalização da pobreza através da “guerra contra as drogas”, com explícitas disparidades de gênero e raça, como assinala Alves (2017), enquanto o Estado neoliberal se ausenta das políticas sociais, ele passa a governar por meio de políticas de controle da criminalidade que têm como sua razão de ser a criminalização de grupos racializados. A prisão tem sido a solução punitiva para uma gama completa de problemas sociais para os quais o estado tem sido incapaz de oferecer respostas. (p.108)

O desemprego estrutural, fator crucial para compreender esses fenômenos, produz um asselvajamento da luta pela sobrevivência. As condições de vida da população são reduzidas ao nível da fome. Conforme divulgado pelo 2º Inquérito Nacional sobre a Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN), “o fato de o chefe da família possuir ou não um emprego formal é uma condição fundamental para a presença ou não da fome no lar. Nos lares chefiados por pessoas negras onde havia desemprego ou trabalho informal, a fome se impôs em metade deles”⁵. Isso diante do cenário em que, “entre a população ocupada, 21,6 milhões de pessoas estão em empregos subutilizados e outros 38,2 milhões estão na informalidade. Esses dois grupos representam 59,8 milhões de brasileiros.”⁶

Todavia, queremos com isso não apenas reforçar que essa situação do “mundo do trabalho” expressa a barbárie da acumulação de capital, que se apropria de modo brutal do valor produzido pela força de trabalho. Mas também destacar que, em meio à crise contemporânea, a maior parte dessas pessoas são descartáveis ou “não rentáveis” para a

⁵ Pesquisa divulgada pela Carta Capital em 26/06/2023. Leia mais em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/fome-atinge-uma-a-cada-cinco-familias-chefiadas-por-pessoas-pretas-no-brasil-aponta-pesquisa/>.

⁶<https://www.cartacapital.com.br/economia/desemprego-chega-a-86-no-trimestre-encerrado-em-fevereiro-diz-ibge/>.

valorização do valor (KURZ, 2005), visto que esses números já são alarmantes mesmo sem incluir a taxa de desocupação.

Nesse sentido, um projeto anticapitalista não se encerra na crítica ao neoliberalismo, em razão de cada vez mais se tornar uma ilusão que “o capitalismo de ontem está pronto na gaveta, acessível a qualquer momento como conceito alternativo de futuro. Os instrumentos já ineficazes na década de 1970 são impotentes nas condições ainda mais estreitas de capitalismo globalizado” (LOHOFF, 1999).

As mudanças na conjuntura provocam inevitavelmente mudanças no significado social da profissão, porque se a capacidade do capital de explorar trabalho produtivo permanece em retração desde a Terceira Revolução Industrial, quais as possibilidades concretas de intervenção na divisão social e técnica do trabalho? Quais os objetivos profissionais em meio a um cenário de desintegração social, no qual a economia simula seu funcionamento através de injeções de capital fictício, a crise ecológica atinge patamares irreversíveis e o horizonte consiste na violência como mecanismo de contenção do agravamento da questão social?

A direção social estratégica da profissão precisa ir de encontro à ofensiva neoliberal, com a percepção de que os conservadorismos que se apresentam na atualidade engendram processos sociais diferentes daqueles que marcaram a gênese, a renovação conservadora durante a década de 1950, e até mesmo do período em que se iniciou a ruptura com o conservadorismo, em torno de 1970 com a aproximação da teoria marxista. Não expressam mais o processo de universalização da forma mercadoria, mas a tentativa de evitar a implosão social após a total mercantilização do mundo e da vida. Portanto,

Valorizar, a partir da teoria crítica, a análise do papel do Estado no sistema capitalista, para assim melhor dimensionar as “apostas” no instituído que a categoria fez ao longo dos últimos 30 anos. A luta e a conquista de políticas públicas e sociais devem ser uma prioridade para a categoria profissional, mas não deveriam significar o horizonte máximo da ação profissional, uma vez que se pretende contribuir não só no processo de emancipação política, mas, sobretudo com o processo de emancipação humana (FARAGE, 2021, p.73).

Nos últimos quarenta anos a crise estrutural do capital aprofundou a questão social, acirrando as próprias contradições internas da produção de mercadorias. Se o projeto ético-político do Serviço Social precisa ser defendido contra os avanços do capitalismo, através da reafirmação de valores como equidade, liberdade e respeito aos direitos humanos, também defendemos nesse sentido uma revisão quanto ao estatuto do trabalho diante do estágio atual da sociedade capitalista. Uma vez que as promessas do Estado social, desenvolvimento econômico e da modernização não se cumpriram para a maior parte dos trabalhadores, principalmente no cenário brasileiro. Como aponta Farage (2021), “se faz necessário refletir sobre os fundamentos da formação, do trabalho profissional e das transformações na atualidade da sociedade brasileira” (p.68).

Considerações finais

A partir da chave de análise apresentada, considerando a relação imbricada entre Estado e economia, e que as mudanças que vêm ocorrendo no âmbito da produção de valor

são consequências do próprio caráter contraditório do capitalismo e das funções do Estado, então os limites postos aos assistentes sociais ultrapassam os desmontes da política neoliberal. Argumentamos que essa forma social exerce um tipo de dominação sobre os indivíduos, que está principalmente relacionada à identificação dos sujeitos com os produtos do trabalho e na percepção de sua condição de existência no mundo como produtores, seja em relação à natureza ou à vida social.

O aspecto crítico e de *negação* da ordem vigente se consolidou de forma predominante na formação e na prática profissional desde a segunda metade do século XX. Mas repensar o aspecto “funcional” da profissão para o capitalismo em seu estágio avançado, que perpassa muito mais um lugar de mitigação dos escombros sociais do que mero controle e integração das mazelas ao processo de expansão do capital. Significa refletir também sobre a *afirmação* de alguns pressupostos, como a função do Estado e do trabalho, que não contribuem para a supressão da lógica do capital. Sem perder de vista, é claro, as mediações entre a profissão e a sociedade, em relação do que é possível ser realizado no âmbito profissional, e o que se torna irremediável numa sociedade produtora de mercadorias.

Compreender que o nível de produtividade alcançado pelo capitalismo esgotou a sua possibilidade de expansão, e com isso, que a garantia do direito ao trabalho com proteção social se torna cada vez mais restrita, certamente implica em mudanças políticas no interior dos movimentos sociais, e também no campo da instrumentalidade do Serviço Social ⁷. A grande inserção da profissão no âmbito das políticas públicas, elaboração de projetos e programas sociais, possui uma relação histórica com o Estado, compartilhando a gênese de um sistema de Seguridade Social (que foi desmantelado antes mesmo de sua efetivação), com o nascimento de uma nova formação profissional, apoiada na Teoria social crítica.

Contudo, as novas condições colocadas pelo desenvolvimento do capital, exigem uma perspectiva política que considere o processo de crise real da economia, com consequências severas para o trabalho formal. Que considere as noções de limite da valorização e não apenas como falácia neoliberal que serve aos interesses da pequena burguesia. Não para afirmar a autodestruição do capital, inclusive porque isso não ocorreria sem antes a completa destruição também do pólo do trabalho. Ambos conectados pela relação de forma e conteúdo da sociedade moderna. Mas para rever alguns pressupostos teóricos da profissão diante das disputas por diferentes projetos societários, com o objetivo de aproximar os fundamentos da questão social da realidade objetiva do tempo presente e construir alternativas possíveis, para além do capitalismo de Estado.

Referências

ALVES, Dina. “Rés negras, juízes brancos: Uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana”. **Revista CS**, 21, pp. 97-120. Cali, Colombia: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad Icesi, 2017.

⁷ Uma vez que “a instrumentalidade é bem mais do que o debate dos instrumentos e técnicas. Trata-se de pensar as condições de possibilidade da profissão em determinados contextos e conjunturas, a partir de determinadas racionalidades que incorporam e subsidiam diferentes projetos de profissão.” (GUERRA, 2018, p.10)

BLANK, Javier. Acumulação sem legitimação e o recrudescimento da violência estatal. **Revista EPOS**; Rio de Janeiro; Vol.5, nº1, jan.-jun. 2014, pp.79-98

FARAGE, Eblin e HELFREICH, Francine. **Serviço Social, favelas e educação popular: diálogos necessários em tempos de crise do capital**. Rio de Janeiro: Navegando, 2021. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_c35a6e59b0974b2a9c935b81a76f66f6.pdf . Acesso em 10 jun. 2023.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo; Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GUERRA, Yolanda. A ontologia do ser social: bases para a formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 54. São Paulo: Cortez, 1997.

GUERRA, Yolanda. A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 10, 2004

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, et al. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas-SP, Papel Social, 2018. pp. 25-46

KURZ, Robert. A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 23, n. 1, p. 190-206, 1995.

KURZ, Robert. A Substância Do Capital: O Trabalho Abstrato como Metafísica Real Social e o Limite Interno Absoluto da Valorização. **Revista EXIT! Crise e Crítica da Sociedade das Mercadorias**, 2004. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kurz/2004/capital/index.htm> . Acesso em 10 jun. 2023

KURZ, Robert. Seres humanos não rentáveis. Ensaio sobre a relação entre história da modernização, crise e darwinismo social neoliberal. **Revista EXIT! Crise e Crítica da Sociedade das Mercadorias**. 2005. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz254.htm> . Acesso em 20 jun. 2023.

KURZ, Robert. O último estágio do capitalismo de estado. **Revista EXIT! Crise e Crítica da Sociedade das Mercadorias**. 2008. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz302.htm> . Acesso em 20 jun. 2023

KURZ, Robert. **Dinheiro sem valor**: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Antígona, 2014.

KURZ, Robert. A ascensão do dinheiro aos céus: Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global. **Geografares**, [S. l.], n. 28, p. 55–115, 2019. DOI: 10.7147/GEO28.24388. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/24388>. Acesso em: 10 jan. 2021.

LOHOFF, Ernst. Pedir ao Estado: A ilusão Neokeynesiana. **Jungle World**, 1999. Original disponível em: <https://jungle.world/artikel/1999/24/frag-nach-beim-staat>. Tradução Marcos Barreira. Disponível em: <https://www.facebook.com/krisiseditora> . Acesso em 10 jun. 2023.

LOHOFF, Ernst. Acumulação de capital sem acumulação de valor: o caráter fetichista das mercadorias do mercado de capitais e o seu segredo. **Revista Krisis em Português**, 1/2014. 3 jun. 2018. Disponível em: <https://www.krisis.org/2018/acumulacao-de-capital-sem-acumulacao-de-valor/>. Acesso em 20 out. 2022.

LOHOFF.E., TRENKLE.N. É preciso uma nova perspectiva de emancipação social. Entrevista com LOHOFF.E., TRENKLE.N. **Revista Krisis em Português**. 20 nov. 2018. Disponível em: <https://www.krisis.org/2018/preciso-uma-nova-perspectiva-de-emancipao-social/>. Acesso em 20 out. 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O capital: crítica da economia política**, volume I. Abril Cultural, 1988.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. Boitempo Editorial, 1993.

TRENKLE, Norbert. Miséria informalizada. Sobre a relação entre o setor informal e a moderna produção mercantil. **Revista Margem Esquerda**, n.35, p. 40-45. São Paulo. 2020